



Editorial

Após intensivas negociações com os Sindicatos Laborais, conseguimos fechar as negociações para as datas-base de junho deste ano.

Quero neste editorial parabenizar as equipes de negociação tanto dos Sindicatos Laborais quanto do SINDERC! Em panorama de crise no País, o entendimento das partes foi mais difícil, mas foi possível a conciliação.

Também registramos neste número os esforços que fazemos junto ao Poder Executivo para evitar que o Governo não nos prejudique com impostos e taxas que onerem, ainda mais, nosso segmento de alimentação corporativa.

Boa leitura!

Eliezer Souza,
Presidente

Sindicato patronal fecha acordo 2016/2017 com laborais da base

Com data-base unificada em 1º de junho, reajuste salarial vale para todos os trabalhadores de refeições coletivas

Já nas negociações do ano passado acordou-se que haveria unificação, em 2016, das datas base de abril e de junho! Previa-se que os 6 sindicatos laborais do interior e os 7 sindicatos da Grande São Paulo dificultariam as negociações mas seria uma desburocratização e simplificação, pois haveria unificação de salários em iguais funções em empresas tomadoras de nossos serviços que estão próximas, tipo São Paulo e Jundiaí, que anteriormente tinham condições laborais diferentes, inclusive as cláusulas sociais.

Desde julho do ano passado os sindicatos laborais e o patronal vêm mantendo contatos preparatórios para a unificação. No número anterior deste periódico apresentamos reportagem do 3º Encontro das Entidades Sindicais Laborais de Refeições Coletivas do Estado de São Paulo.

Conforme previsto, as reuniões de negociações foram numerosas e exaustivas, tendo como cenário as dificuldades das empresas do nosso segmento, enfrentando a crise econômica e política que nosso País está vivendo.

Felizmente em 8 de julho chegamos ao acordo do SINDERC-SP e dos sindicatos filiados à FETERCESP (Federação dos Trabalhadores nas Empresas de Refeições Coletivas do Estado de São Paulo). Fechamos a Convenção Coletiva de Trabalho 2016/2017 em reunião realizada na sede da federação laboral, na Capital paulista.

O acordo foi obtido depois de inúmeros encontros nas sedes do SINDERC SP,



Depois de várias negociações, patrões e empregados assinaram a Convenção Coletiva 2016/2017.



Presidente Eliezer faz explanação sobre negociação na assembleia patronal, em 4 de maio, com plena atenção dos empresários.



Primeira reunião no SINDERC, em 11 de maio, entre membros das comissões laborais e patronais.



FETERCESP, nos sindicatos laborais de Sorocaba, Suzano, Campinas, Itaquaquecetuba, e outros. A Convenção Coletiva é válida para todos os trabalhadores do segmento de refeições, já que a data-base foi unificada, neste ano, e é válida para 1º de junho.

Sindicatos envolvidos no acordo: SINDIREFEIÇÕES SP

(São Paulo, Cotia, Itapeverica da Serra e Taboão da Serra); SINTERCAMP (Campinas e região); SINTERCUB (Cubatão e região); SEERC SJC (São José dos Campos e região); SEERCO (Osasco e região); SINDIREFEIÇÕES GUARULHOS (Guarulhos e região); SINTERC N/O (Norte e



Segunda reunião entre as partes, na sede da FETERCESP, na tentativa de buscar um acordo coletivo.



Reunião de 1º de julho, quando foi fechada a CCT, invalidada por conta de incorporação do acordo fechado na FETERCESP em 8 de julho.



Registro das duas primeiras reuniões dos patronais com representantes dos sindicatos do ABC/Sorocaba.



Terceiro encontro com os sindicalistas das regiões do ABC/Sorocaba.

Oeste do Estado de São Paulo); SINTERCOJ (Jundiá e região); SINDIREFEIÇÕES SUZANO (Itaquaquecetuba, Suzano e região); e SINTENUTRI (Sindicato dos Técnicos em Nutrição e Dietética do Estado de São Paulo).

Foram incorporados às bases acima, os sindicatos que haviam fechado acordo salarial em 1º de junho de 2016: SINDIREFEIÇÕES SOROCABA e SEERC do ABC.

Nutricionistas também selam acordo



O acordo com Sindicato dos Nutricionistas, encabeçado pelo presidente Ernane Silveira Rosas, foi firmado dia 15/7

No dia 15 de julho, na sede do SINDERC, as comissões de negociação do patronal e do laboral SINESP fecharam a Convenção Coletiva de Trabalho de 2016/2017 dos nutricionistas do Estado de São Paulo. As bases foram análogas aos demais sindicatos.

Guimarães representa Sistema Refeições Coletivas em audiência com ministro

Encontro com Marcos Pereira aconteceu no Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

Uma comitiva de dirigentes da Central Brasileira do Setor de Serviços, liderada pelo deputado federal Laércio Oliveira, foi recebida em Brasília, dia 16 de junho, pelo ministro Marcos Pereira, da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

O vice-presidente executivo da CEBRASSE, Ermínio Lima Neto, avalia que a agenda corporificou um dos maiores avanços para a Central empresarial que há mais de 12 anos se dedica à representatividade do Setor de Serviços.

Participaram da audiência, representantes dos setores de refeições coletivas, limpeza, segurança, turismo, aduaneiro, factoring, arquitetura, engenharia, entre outros, representando milhares de empresas de todo o Brasil.

Antonio Guimarães, da Diretoria Executiva do CEBRASSE, representou o Sistema Refeições Coletivas (FENERC, ABERC e SINDERC SP) no encontro. "Foi muito importante essa audiência com o ministro Marcos Pereira, pois ele afirmou que na sua gestão o Ministério irá intensificar os contatos como o Setor de Serviços".

De resultados concretos do encontro, Lima Neto cita a criação de um Fórum Nacional do Setor de Serviços que centralizará as demandas técnicas e de gestão de políticas do Governo Federal para esse mercado na estrutura do Ministério. O executivo destaca ainda a iniciativa do governo de Michel Temer na inserção do "S" de Serviços no nome do Ministério, cujas siglas até agora se referiam ao desenvolvimento da indústria e do comércio exterior.

O deputado Laércio Oliveira agradeceu ao ministro pela iniciativa de mudar o nome da Pasta com o acréscimo do setor de Serviços, "uma reivindicação antiga, pois há cerca de dois anos encaminhei essa indicação ao Ministério, solicitando a



Flagrantes da audiência do Ministro Marcos Pereira com os empresários do Setor de Serviços

alteração". Pontuou outros assuntos que aguardam decisão do novo governo para eventual encaminhamento ao Congresso, entre eles a reforma do PIS e da Cofins, "que foram vendidas para a sociedade como estratégias de simplificação, mas não passam de mudanças que prejudicariam mais de um milhão de empresas, ameaçando mais de 20 milhões de empregos", afirmou o parlamentar.

Para o ministro Marcos Pereira, além de avançar sobre esses temas, é preciso diminuir os gastos do governo, já que “nos últimos oito anos, a receita do Brasil cresceu em 14%, mas a despesa aumentou em 50%. Por isso a situação ficou insustentável”. Marcos Pereira recordou sua origem no setor privado e declarou que todos podem contar com ele na defesa do Setor de Serviços.

Depois da audiência, Antonio Guimarães e empresários posaram em frente à fachada com o novo nome do Ministério.

Trabalho em grupo

A pedido do ministro Marcos Pereira, o Dr. Marcelo Maia T. de Araújo, secretário do Comércio e Serviços do Ministério, se reuniu com representantes do Setor de Serviços no dia 12 de julho,



Empresários posam em frente ao Ministério que já traz a nova denominação

do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e comporão o cronograma de diálogos com o Setor de Serviços.

em Brasília, para dar andamento às conversas tratadas durante a audiência de 16 de junho.

Esse primeiro encontro com o secretário foi intitulado “Diálogo para Fomento da Competitividade e Produtividade do Setor de Serviços”. Em pauta, a revisão da alíquota do PIS e da Cofins, criação de um modelo nacional para cobrança de nota fiscal eletrônica, possibilidade de financiamento do setor via BNDES e programa de capacitação e qualificação para trabalhadores de Serviços.

Ficou decidido o encaminhamento de formulário para organização das demandas a serem enviadas pelas entidades participantes. As demandas recebidas serão analisadas por equipe

Deputado Laércio fala sobre projeto de terceirização e retomada do crescimento

Em visita à Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), em meados de junho, o novo presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados, Laércio Oliveira, falou sobre a atual crise econômica do País e apontou sugestões para a retomada do crescimento brasileiro. Também discorreu sobre projetos de sua autoria, entre eles, o que regulamenta a terceirização.

Segundo o deputado, a Comissão tem capacidade de ouvir todos os setores que fazem a economia girar e disso tirar soluções práticas para ajudar o governo a sair da crise econômica. “O governo precisa dar sinais que terá o controle do gasto público. Só demonstrando essa austeridade é que os empresários terão a

confiança necessária para voltar a investir e, conseqüentemente, retomar os empregos. O governo também tem que cortar mais cargos comissionados da administração pública, investir em parcerias com o setor privado e começar a pensar em vender algumas empresas estatais. O Brasil tem mais de 100 empresas públicas e há espaço para a privatização de algumas delas”, disse Laércio Oliveira.

Em relação ao seu projeto que regulamenta a terceirização, o deputado é claro: “A terceirização é um processo que está avançando. Será lei com certeza e trará segurança jurídica a mais de 13 milhões de pessoas, que são qualificadas, que ajudam o País e que dão resultados. As pessoas devem entender que a futura lei vai aumentar a garantia e os direitos dos trabalhadores”.

Expediente

O SINDER SP Informa é uma publicação bimestral do Sindicato das Empresas de Refeições Coletivas do Estado de São Paulo.

Rua Estela, 515 – Bloco G – Conj. 52 – Paraíso – CEP 04011-904 – São Paulo – SP
Fone: (11) 5539-1061 – www.sindercsp.com.br – E-mail: sindercsp@uol.com.br

Jornalista responsável: José Salles (Mtb 12396)

Diagramação: Hermano

Fotos: Divulgação

Impressão: DuoGraf